



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638463 - SP (2021/0000912-0)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : JOSE LUIS STEPHANI  
**ADVOGADO** : JOSÉ LUÍS STEPHANI - SP100704  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EVERTON ANDREI DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EVERTON ANDREI DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0000031-23.2017.8.26.0552).

O paciente foi condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, a uma pena de 4 anos e 2 meses de reclusão em regime fechado, além de 417 dias-multa.

O impetrante sustenta que o “paciente é primário, não registra maus antecedentes, e a quantidade de droga apreendida não evidencia, por si só, sua dedicação à atividade criminosa, nem que integra organização criminosa, é de rigor a aplicação do art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006, no percentual de 2/3 (dois terços)”.

Requer que seja “concedida de ofício a Medida Liminar, com fulcro no art. 648, do CPP, antes mesmo de pedir informações, para o redimensionamento da pena aplicada para o total de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, reconhecendo também, a extinção de sua punibilidade, haja vista o manifesto constrangimento ilegal que o Paciente está sofrendo”. Ao final e no mérito, pede seja concedida a ordem de *habeas corpus*, tornando definitiva a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente